

**VAMOS DAR
UMA VISÃO**



INTERIORIZAR A OBEDIÊNCIA

A pedido do Ministério da Educação (ME), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) elaborou um relatório sobre o “modelo de avaliação do desempenho do pessoal docente da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário” estabelecido pelo Decreto Regulamentar nº 2/2008, de 10 de Janeiro.

No entender da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), este relatório vem confirmar as críticas que têm vindo a ser feitas ao modelo de avaliação imposto pelo ME e reclama, mais uma vez, a necessidade da sua substituição. É claro que para o ministério, como se esperava, tal não se justifica – é tudo tão previsível nesta equipa ministerial...

Todos sabem, menos os responsáveis do ME, que um modelo de avaliação só terá sucesso se tiver credibilidade e se os professores estiverem motivados. Não é o que acontece! O modelo não é credível – veja-se o processo de “selecção” dos titulares, categoria indispensável para suportar o modelo – e a única motivação que os professores têm manifestado vai no sentido de “ver” a ministra longe de tudo o que seja Educação.



Mas, numa atitude de teimosia, o ME insiste e anuncia a prorrogação do “regime simplificado” da avaliação do desempenho dos professores, adiando para a próxima legislatura a aprovação de alterações ao modelo original.

Não haverá maneira de fazer entender aos senhores do ME que os professores já perceberam que o “simplex” mais não é do que uma farsa destinada a tentar perpetuar um modelo que falhou? Não seria melhor começar de novo?

As teimosias da ministra da Educação e do primeiro-ministro, que em nada contribuem para a pacificação do sistema educativo, representam “muito mais do que simples traços psicológicos. São técnicas terríveis de dominação, de castração e de esmagamento, e de fabricação de subjectividades obedientes” [José Gil «Visão», 02.10.2008]

Henrique Borges
Direcção do SPN

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel, colaboração de Inês Rangel · **Fotografia da capa** Adriano Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** nº 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

TEMPO de balanço e de merecido descanso

1. O final de um ano lectivo que coincide com o final de uma legislatura é tempo propício a balanços. Eles aí estão, nas páginas desta revista: 2008/2009 ficará na história como um dos anos mais conturbados da educação em Portugal e como um ano em que os professores e os educadores travaram das maiores lutas de sempre, contra uma equipa ministerial e um Governo que, paulatinamente, mas de forma arrogante e prepotente, têm vindo a impor as suas reformas, atentando contra os direitos profissionais dos professores e degradando as condições de trabalho na escola pública.

Dos danos causados à profissão docente e ao nosso sistema educativo (alguns irreversíveis), dá conta o «Livro Negro das Políticas Educativas do XVII Governo Constitucional», editado recentemente pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e em fase de apresentação aos partidos políticos concorrentes às próximas eleições, dos quais se espera que assumam compromissos claros que permitam inverter essas políticas na próxima legislatura.

2. Diferente é a situação no Ensino Superior. No processo de revisão dos estatutos de carreira, divergências significativas – sobretudo referentes ao regime de transição para os docentes do Politécnico e para os leitores, bem como às restrições na atribuição de tenure – inviabilizaram a assinatura de qualquer acordo. No entanto, a forma como decorreram as negociações permitiu chegar a soluções positivas para a configuração das futuras carreiras.

Negociar é aproximar posições, não é impor soluções. Mariano Gago, bem ou mal, negociou. Maria de Lurdes Rodrigues e os seus secretários de Estado não sabem o que isso é.

3. A Lei nº 59/2008, ao reduzir drasticamente o crédito de dias remunerados por mês aos dirigentes sindicais, vem degradar, de modo objectivo e desproporcionado, as condições de exercício da actividade sindical. Para minorar as dificuldades colocadas pela entrada em vigor desta lei, o Sindicato dos Professores Norte (SPN) teve que proceder a uma alteração estatutária. Mesmo assim, a redução para menos de metade dos créditos de que dispúnhamos vai obrigar a uma reorganização profunda do funcionamento do sindicato. A actual Direcção fará tudo o que estiver ao seu alcance para que os efeitos negativos desta redução se sintam o menos possível, mas, a manter-se esta situação, há trabalho que fica irremediavelmente comprometido, como o atendimento a não sócios, que tem sido apanágio do SPN nos seus 26 anos de existência. Em todo o caso, fica a certeza de que este ataque aos sindicatos por um Governo que se diz socialista não nos vergará.

4. A alteração estatutária obrigou à realização de eleições para as novas direcções distritais e para a Mesa da Assembleia-Geral. Foi mais um factor de perturbação no final de um ano conturbado, que teríamos dispensado, mas não pudemos evitar. Tal como há um ano atrás, a maioria dos sócios do SPN deu a vitória à Lista S, valorizando o muito trabalho desenvolvido até aqui e renovando a sua confiança na continuidade de um projecto sindical plural e democrático e numa concepção de sindicalismo independente do poder, mas também de lógicas político-partidárias, recusando qualquer tentativa de instrumentalização dos sindicatos.

Em nome da direcção do SPN, saúdo todos os sócios que exerceram o seu direito ao voto e agradeço a todos os que asseguraram as mesas eleitorais e os trabalhos de escrutínio. Agora, temos todos um grande desafio pela frente: fortalecer o sindicato, para que ele seja, cada vez mais, uma força que conta, o porta-voz dos professores do Norte e o motor da sua intervenção e mobilização para a afirmação da profissão docente como indispensável à construção de um futuro melhor; para a valorização da escola pública como garante essencial da democratização da educação; para a defesa do trabalho com direitos, num país com um desenvolvimento mais sustentado e mais justo; para o reconhecimento dos direitos sindicais como direitos de cidadania e dos sindicatos como pilares essenciais da democracia.



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN

5. Temos muito trabalho pela frente, mas agora o tempo também é de descanso. Cá estaremos em Setembro, com energias renovadas e a determinação de sempre.

Colocação de professores: O DESASTRE ANUNCIADO

Após três anos sem concursos, o Ministério da Educação anunciou, triunfante, 417 novas entradas nos quadros. Num tempo em que o número de aposentações disparou e em que o Ministério da Educação (ME) também se vangloria de ter aumentado a frequência escolar, algo não bate certo. A começar pelas contas...

Já é mal que vem de longe... De cada vez que se aborde o assunto concursos, seja quanto à legislação, a projectos de diplomas e à sua “negociação”, quanto a vagas, ou seja, sobretudo, quanto a colocações, a única constante é a desgraça! O dia 6 de Julho, data de divulgação das listas de colocados e não colocados dos concursos interno e externo, não só não foi excepção, como se assumiu como um dos dias mais negros de sempre no que respeita à estabilidade e ao emprego docente.

Nada de que não se estivesse à espera, pois logo aquando da publicação do aviso de abertura dos concursos, em Março, e perante o baixíssimo número de lugares de quadro de escola/agrupamento criados (QA/QE), a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) denunciou que o agravamento da já calamitosa situação de instabilidade e desemprego seria a consequência inevitável. Por mais manipulações, mentiras e falácias a que o Ministério recorra...

De facto, só nesse âmbito se poderia anunciar a colocação de cerca de 30.000 docentes, a entrada em QE/QA de 17.090 docentes de quadro de zona pedagógica (QZP), a colocação em QE/QA de 417 docentes contratados ou, ainda, a posterior colocação – haverá no ME algum adivinho?! – de mais 38.000 docentes como bandeiras, ignorando, ou mesmo escamoteando, que o número de candidatos, só no concurso externo, ascendera a 50.000, que 11.836 docentes de QZP não obtiveram colocação ou que a cerca de 10.000 docentes portadores de habilitação própria nem sequer foi permitido candidatarem-se!

Ou seja, observados cuidadosamente os resultados, verifica-se que os 30.146 candidatos colocados incluem, além das já referidas 17.090 transferências de QZP, 11.302 mudanças entre QE-QA, 1337 transferências para escolas TEIP, restando, então, 417 colocações de candidatos no concurso externo, que constituem, pois, as únicas novas vinculações resultantes deste concurso. Isto, porque nas fases subsequentes – necessidades residuais e bolsa de recrutamento – apenas há colocações por destacamentos e contratação. E mesmo que, nessa altura, se venham a verificar as anunciadas 38.000 colocações, tal também comprovará a forma restrita e completamente absurda como o ME calcula as necessidades reais das escolas...

Contas mal feitas

Lembramos que, sendo o panorama de anos anteriores também muito mau, números do próprio ME revelam que em 2005 haviam vinculado 2.918 docentes e que em 2006 esse número até subira para 3.107. Quando, após 3 anos sem concurso a lugares de quadro, e num tempo em que o número de aposentações tem vindo a disparar, como é sabido – e em que o ME se vangloria de ter aumentado a frequência do Ensino Secundário e ter trazido, mesmo no Ensino Básico, novos alunos à escola, graças às Novas Oportunidades – anuncia, triunfante, 417 novas entradas nos quadros, algo não bate certo...

Já agora, esclareça-se que algum erro nas contas a equipa do ME cometeu, pois a contagem feita lista a lista, grupo a grupo, apenas revela 396 novas vinculações. Destas, 189 são no grupo de Espanhol – que também vai ficar marcado negativamente pela polémica, graças a uma apressada e absurda alteração das habilitações, que considerou como profissionalizados na disciplina docentes que de facto não o são –, 83 em Informática e 39 em Educação Moral e Religiosa, a que se acrescenta um número mínimo para outros sete grupos de recrutamento, não tendo ingressado ninguém nos quadros em 23 grupos! Estes incluem a Educação de Infância, o 1º Ciclo, todos os grupos do 2º Ciclo e, ainda, no 3.º Ciclo e Ensino Secundário, grupos como Português, Inglês, Francês, História, Filosofia, Físico-Química ou Biologia/Geologia.

Infelizmente, repetimos, o cenário agora constatado era mais do que previsível, se tivermos em linha de conta não apenas os números relativos às vagas de quadro divulgadas em Março, mas também as acções levadas a cabo por esta equipa governativa e já sobejamente denunciadas, de que se destacam o aumento do horário lectivo de trabalho na Educação Especial e no Ensino Secundário, a alteração da legislação específica sobre Educação Especial e a consequente diminuição efectiva dos apoios aos alunos, o aumento do número de alunos por turma, o encerramento em massa de escolas do 1º Ciclo, sem esquecer, claro, a alteração drástica dos regimes de aposentação e de reduções lectivas por idade e tempo de serviço.



Revalorizar a escola e a docência

Mas se o passado e, sobretudo, o presente são negros, não podemos ignorar que está nas nossas mãos a possibilidade de mudança e de construção de um futuro bem melhor, o que passa pela alteração de vários quadros legais.

Assim, o SPN e a Fenprof já reivindicaram a realização, em 2010, de um novo concurso, que possa corrigir alguns dos disparates levados a cabo por esta equipa ministerial, designadamente para possibilitar a adequação dos quadros às verdadeiras necessidades das escolas. Nesta matéria, faz algum sentido não considerar para efeito da determinação de lugares do quadro, como fez o ME, o serviço nos cursos profissionais, cursos CEF ou EFA, nas áreas curriculares não disciplinares, nos apoios educativos ou em cargos como direcção de turma e outros?!

Mas mesmo esse novo concurso, que esperamos se confirme, de pouco servirá se não se levar a cabo a alteração de condições de funcionamento das escolas, de modo a poder concretizar, de facto, a promoção da qualidade do ensino. Ora, para tal, é fundamental, também, proceder à diminuição do número máximo de alunos por turma e à criação de equipas educativas no 1º Ciclo do Ensino Básico, dotar as escolas de equipas multidisciplinares que permitam a viabilização dos seus projectos educativos e a promoção do sucesso e o combate ao abandono escolar, bem como alterar os horários de trabalho, para que os professores tenham, de facto, o tempo

que necessitam para planificar e desenvolver a sua acção com os alunos – cerne da sua profissão – e não se vejam permanentemente envolvidos em múltiplas tarefas de cariz burocrático.

Sabemos que, nos tempos que se avizinham, os professores terão pela frente importantíssimos objectivos – Estatuto da Carreira Docente, carreira, regime de aposentação, avaliação do desempenho, gestão escolar, para só referir algumas áreas de acção – e, decerto, duras lutas para os conseguir, mas também os acima referidos são essenciais para garantir uma melhor escola pública. Há que deixar de vez, na área educativa, a política de contenção de despesas a todo o custo, porque os custos, aqui, reflectem-se na qualidade do sistema. O Governo que se seguir a este de tão triste memória não pode esquecer que em Educação faz muito pouco sentido falar de despesa e muito mais sentido falar de investimento. Um investimento em pessoas, um investimento na qualificação e, portanto, um investimento no futuro.

José Manuel Costa
Direcção do SPN

2008/2009: instabilidade e muitas lutas

O ano lectivo que agora termina ficará na história como um dos mais conturbados na Educação em Portugal e como aquele em os professores travaram das maiores lutas de sempre, no sentido da redignificação da profissão docente.

A INSTABILIDADE NAS ESCOLAS

A grande instabilidade sentida nas escolas durante o ano deve-se a vários factores, deles relevando o “novo” Estatuto da Carreira Docente e a tentativa de aplicação generalizada do modelo de avaliação do desempenho imposto pelo Ministério da Educação (ME).

A simplificação que, em desespero de causa, o Governo foi obrigado a fazer, para além de ter descaracterizado completamente o modelo de avaliação, veio comprovar que este é, de facto, inaplicável.

A teimosia do ME em aplicar esta versão simplificada instalou a confusão nas escolas, com uns (poucos) professores a serem avaliados na componente científico-pedagógica e outros não; com uns professores a proporem objectivos individuais e outros não; com alguns destes últimos a terem esses objectivos definidos pelo órgão de gestão e outros não; com uns a definirem-nos dentro do prazo e outros não (há até quem os tenha definido no final do ano...), enfim, com a avaliação transformada num “faz-de-conta” semelhante a outros a que este Governo nos habituou – mas mais grave, pela perturbação e pelo desgaste que causou na vida e no trabalho dos professores e, consequentemente, nas escolas.

O REGRESSO DO “DIRECTOR”

O ano lectivo fica marcado, também, pelo regresso da figura do director. Esta é uma das ‘soluções únicas’ que o novo regime de gestão impõe às escolas, retirando-lhes os poucos espaços de autonomia de que ainda dispunham e pondo fim à tradição de colegialidade na gestão escolar do pós-25 de Abril.

O Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, acaba com vários processos eleitorais, restringindo a participação dos actores escolares na direcção e gestão das suas escolas, e concentra os poderes de decisão num órgão unipessoal, estabelecendo uma rígida cadeia de comando, que começa no ME e acaba nos coordenadores das estruturas pedagógicas intermédias, agora designados pelo director.

Apesar de estar ainda em fase de instalação, os efeitos negativos da aplicação deste diploma são já visíveis em muitas escolas, no processo de selecção do director, destacando-se: a existência de irregularidades várias e de múltiplas procedências, muitas delas objecto de acções judiciais; conflitualidades e deterioração do clima de escola; pressões (directas e indirectas) e tentativas de manipulação de membros dos conselhos gerais transitórios para votações favoráveis a determinado candidato; controlo do processo pelo poder autárquico, em função de interesses político-partidários.

Esta realidade vem reforçar a recusa, por parte dos professores, deste modelo de gestão de cariz centralizador e antidemocrático, assim como da concepção de escola autoritária que lhe está associada.

A PRECARIIDADE E O DESEMPREGO

A estas medidas juntam-se muitas outras que não é possível detalhar aqui, que vão da alteração do vínculo na Administração Pública (de nomeação definitiva para contrato por tempo indeterminado) à selecção de professores pelas escolas dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – balão de ensaio para a descentralização dos concursos.

Ainda neste âmbito, a recente divulgação dos resultados do concurso nacional configura a situação mais negativa dos últimos anos, que fará crescer, como nunca, as situações de instabilidade para docentes dos quadros e remeterá para o desemprego muitos milhares que aguardavam o ingresso em quadro ou, pelo menos, uma contratação – 99% dos candidatos que concorreram para ingressar em quadro não o conseguiram (apenas 417 dos cerca de 50 mil), situação tanto mais grave quanto, devido à plurianualidade dos concursos, estes docentes ficam impedidos de tentar a vinculação nos próximos quatro anos.



A LUTA DOS PROFESSORES

Em resposta a todos estes ataques, os professores saíram à rua para afirmar que “assim não se pode ser professor” e para exigir condições de trabalho na escola pública, um estatuto de carreira condigno, uma avaliação de desempenho pedagogicamente útil, horários devidamente dimensionados, estabilidade de emprego e, acima de tudo, respeito pela profissão docente.

Neste final de ano, podemos afirmar que 2008/2009 ficará na história da profissão docente como um ano exemplar do ponto de vista da afirmação pública dos professores, que realizaram neste período a maior manifestação e a maior greve de sempre.

No dia 30 de Maio, mais de 70 mil professores voltaram a sair à rua, realizando a terceira grande manifestação no espaço de pouco mais de um ano. E embora tenha sido, em termos numéricos, menos participada, esta última manifestação foi, para vários analistas, a mais significativa de todas, porque muitos pensavam que as pressões do ME e o cansaço já tinham vencido os professores – que mostraram ao Governo e ao país que não desistiram e que têm razão.



O PAPEL DOS SINDICATOS

As lutas travadas pelos professores só foram possíveis porque as suas organizações representativas souberam estar à altura desse desafio.

2008/2009 foi particularmente exigente para os sindicatos e para os dirigentes e delegados sindicais, cuja acção foi decisiva para o esclarecimento, o debate e a mobilização dos professores. Por isso, foi também um ano de afirmação da importância dos sindicatos, da sua capacidade de intervenção e da sua permanente ligação às escolas e aos professores, sem a qual não teria sido possível conduzir e organizar tão impressionantes demonstrações da força e da unidade da classe docente.



O TEMPO DA MUDANÇA

No início do próximo ano lectivo realizar-se-ão eleições legislativas. Com a edição do «Livro Negro das Políticas Educativas do XVII Governo Constitucional» e com a elaboração da *Carta Reivindicativa dos Professores e Educadores Portugueses*, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) pretende contribuir para a avaliação das (contra)reformas impostas pelo actual Governo e levar os partidos políticos concorrentes às próximas eleições legis-

lativas a assumirem compromissos claros que permitam corrigir essas políticas.

Independentemente destas iniciativas, a consecução dos objectivos que os educadores e professores têm vindo a perseguir, visando uma profissão dignificada e uma Escola Pública democrática e de qualidade, continuará a depender, fundamentalmente, da sua capacidade de luta, da sua força e da sua unidade.▶

Manuela Mendonça

Coordenadora do SPN

Negro como a política seguida

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) apresentou publicamente uma edição própria designada «Livro Negro das Políticas Educativas do XVII Governo Constitucional». Como o título claramente enuncia, a sistematização e a necessária análise crítica das principais medidas políticas na área da Educação, tomadas ao longo de 4 anos, resultam numa avaliação muito negativa da actuação do Governo de José Sócrates. Fazer esta abordagem significa, também, um importante contributo para a urgente correcção de muito do que tem sido a acção política do Governo, invertendo a lógica da propalada reforma da Educação que Sócrates vem anunciando aos quatro ventos e que, no entender da Fenprof, será mais bem caracterizada como uma contra-reforma ostensivamente imposta aos portugueses através da adulteração intencional e perversa do sistema educativo – até aí consonante com uma Lei de Bases para a Educação ainda não revista, embora muitas vezes ignorada, maltratada e até violada no que respeita a alguns princípios fundamentais.

E porque sepultar esta contra-reforma é tarefa prioritária de quem se candidate a governar o país após o autêntico tufão que arrasou o sistema educativo no espaço de uma só legislatura, o livro foi também apresentado à Assembleia da República (através da Comissão de Educação, Ciência e Cultura) e, por esta ordem, ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista Português, aguardando-se o agendamento de reuniões com os restantes partidos com representação parlamentar.

A este propósito, está gerada alguma expectativa em torno da possibilidade de o Partido Socialista responder positivamente, por uma vez, a um dos vários pedidos de audiência que a Fenprof lhe apresentou ao longo da legislatura – sempre recusados! O que não deixará de ser mais um teste ao ‘mudar de face’, no que ao estilo diz respeito, que o primeiro-ministro aparentou depois da derrota nas eleições europeias... ▶

Abel Macedo

Coordenador do SPN



Desde que vai haver eleições...

Pelo artigo 43º do Estatuto de Aposentação, a data da aposentação era o dia em que Caixa Geral de Aposentações (CGA) “proferia o despacho a reconhecer o direito à aposentação” e, portanto, todo o tempo de serviço era considerado até essa data. Contudo, a Lei nº 11/2008, de 20 de Fevereiro, veio alterar este princípio, considerando como “ano da aposentação aquele em que se verifique o facto ou acto determinante”, ou seja, em português corrente, a data é o dia em que se pede a aposentação. No entanto, como a CGA está a demorar muitos meses a despachar as aposentações, os professores e educadores são obrigados a manter-se em funções sem que esse tempo de serviço lhes seja contabilizado.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) não se conformou, porque, durante o tempo de espera, as condições dos aposentáveis alteravam-se muito, nomeadamente em termos de idade (fazer anos pode levar a ter direito a descontar menos 4,5%) e tempo de serviço (120 dias de trabalho já contabilizam mais um ano), e entendeu que a situação não se podia manter. Nesse sentido, e à semelhança de situações anteriores, aconselhou os docentes a requererem o pagamento do vencimento que auferiam à data do pedido, acrescido de mais um terço desse valor, ao abrigo do artigo 79º do Estatuto de Aposentação.

A resposta da DREN não se fez esperar, alegando que há legislação que “estabelece que o subscritor passa a considerar-se desligado do serviço (...) a partir do dia um do mês seguinte àquele em que seja comunicada a resolução da Caixa”. Grande resposta! Também podiam dizer que só se consideravam aposentados no dia um do mês seguinte à publicação em Diário da República!

30 mil para recalcular

Analisemos a situação: as condições para aposentação são assim consideradas em 2008 para fazer o cálculo da pensão – em 2009, o funcionário tem aumento de vencimento, porque está ao serviço, mas perde o aumento na pensão, porque ela diz respeito ao ano anterior; e depois, em 2010, não vai ter aumento, porque no ano seguinte a ser aposentado não há lugar a aumento (Lei nº 52/2007, de 31 de Agosto).

Com que facilidade este Governo considera 2=1! De facto, a matemática no nosso país está mesmo mal...

Apesar de não nos quererem dar razão, tiveram a noção de que iríamos ganhar em Tribunal, com juro, e o Ministério das Finanças já veio anunciar à Comunicação Social que vão ser revistas as pensões de reforma de 30 mil funcionários públicos que se aposentaram desde Janeiro de 2008. Estas pensões serão “oficiosamente recalculadas” – o que fazem as eleições!

Já temos em nosso poder o anteprojecto da nova legislação, que conta todo o tempo de serviço até ao momento do despacho, chegando mesmo a não contar os anos com menos rendimentos, se houver tempo em excesso. Contudo, não se refere à idade que, entretanto, o docente forçosamente adquire.

Esperemos que não seja promessa vã para eleitores... ▶

Teresa Maia Mendes

Mesa da Assembleia-Geral do SPN

bilhete postal



Irlanda

APOSENTADOS NA ILHA ESMERALDA

A Irlanda é mesmo esmeralda! Todos os professores que participaram em mais esta iniciativa do SPN ficaram encantados com a beleza dos campos verdes floridos, no Condado de Kerry, cheios de vacas e ovelhas pastando à vontade e dando o leite bom que se tomava todos os dias e a lã para fazer camisolas parecidas com as nossas poveiras. As abadias e os castelos medievais, os *cliffs* de Moher e, sobretudo, a Calçada do Gigante, deixaram em todos uma sensação inesquecível. Ao entrar na Irlanda do Norte, entendemos a guerra religiosa, já vinda do tempo de Cromwell, com o Memorial às crianças que morreram de fome em 1845 e os murais na cidade de Derry – um dos quais ainda reclamava, já no século XXI, “um homem, um voto” e a Irlanda livre... A muralha de Belfast é bem pior do que o muro da vergonha!

T.M.M.

TEMPO DE AGIR

Nos últimos tempos, assiste-se a um afastamento progressivo do ideal de bem-estar generalizado que deveria nortear as políticas levadas a cabo pelos governantes. As assimetrias – de que nos tentam convencer que são naturais e inevitáveis – tornam-se cada vez mais evidentes nos vários planos da dimensão social e humana.

A cada dia que passa, aumenta o número de trabalhadores que, além de salários cada vez mais baixos, vêem a estabilidade do vínculo laboral posto em causa e os seus direitos reduzidos de forma significativa.

A aceleração dos processos de privatização dos serviços públicos, com a consequente perda de direitos sociais, resultado da política de “reformas” do Governo de José Sócrates, tem colocado uma enorme pressão nas organizações sindicais, que se vêem obrigadas a uma política de contestação, já que de negociação nada se pode dizer.

No caso da Educação, os vários “encontros” entre a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e o Ministério da Educação mais não foram do que pretextos para permitir aos responsáveis ministeriais dizer que “ouviram” os sindicatos. Mas de negociação, zero! Nem sequer o calendário escolar, matéria de negociação obrigatória. Sobre isto, nem sequer ouvimos fofos!...

Precariedade toca a todos

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (2007), mais de um quarto da população activa de Portugal é constituída por “trabalhadores por conta própria” e por trabalhadores com “contratos a prazo”

(não sendo aqui considerado o chamado “trabalho clandestino”). E esta situação de precariedade – de verdadeira exploração, em muitos casos – está presente em todos os sectores de actividade.

No sector da Educação, a execução do programa de *Actividades de Enriquecimento Curricular* (AEC) tem ficado a cargo de quem estiver disposto a receber o menos possível, num aproveitamento inqualificável de mão-de-obra especializada a baixo custo. Muitos destes docentes chegam a gastar mais do que ganham no exercício do seu labor de ensinar, na esperança de adquirirem algum tempo de serviço que lhes permita uma posição mais favorável em futuros concursos. Contratados como prestadores de serviços, a “recibo verde” e com salários de miséria, a sua situação pode mesmo ser considerada vergonhosa.

Perante este cenário, não podemos deixar de considerar os tempos que vivemos como tempos de resistência. Mas também de não desacreditar que outro mundo é possível. São tempos de construção de cada vez mais e mais fortes solidariedades, tempos de agir e de lutar por melhores condições de vida e pelo trabalho com direitos.

Como escreveu o sociólogo Elísio Estanque, “se o trabalho é a principal fonte de vida, de criação de riqueza e de oportunidades de reconhecimento social, é cada vez mais urgente dotá-lo de condições que garantam a sua humanização, ou seja, dotá-lo de meios que impeçam que os portões das fábricas continuem a ser a barreira para lá da qual os direitos e a dignidade humana são sistematicamente torpedeados”.





É pois tempo de agir. Acção que impõe uma reflexão, a que os sindicatos estão obrigados, sobre as transformações em curso no mundo do trabalho. Impõem-se novas estratégias do movimento sindical para romper com a acomodação ao funcionamento burocrático ainda presente em boa parte do actual sindicalismo – estratégias para um futuro, que é já hoje, de dificuldades acrescidas como resultado da política anti-sindical deste governo, que tudo faz para calar as organizações dos trabalhadores.

A realidade social de hoje, marcada pela precariedade e pelo individualismo, tem vindo a gerar uma progressiva desconfiança não só em relação à classe política, mas também, principalmente em sectores onde a precariedade e a exclusão são maiores, relativamente aos sindicatos, fragilizando-os. Esta fragilização é sinónimo de fragilização dos trabalhadores, traduzindo-se, inevitavelmente, na perda de direitos arduamente conquistados. Não podem, pois, as organizações sindicais deixar de reflectir sobre este facto e sobre todos os processos sociais que contribuem para essa debilidade. Um trabalhador precário sente-se, naturalmente, mais identificado com os outros trabalhadores precários do que com os seus colegas de profissão ou de empresa.

Mas a realidade social de hoje é, também, a dos “movimentos independentes”, que integrando muitos trabalhadores precários, sobretudo jovens com elevada preparação científica e profissional, procuram abrir um “novo” campo reivindicativo, muitas vezes procurando substituir-se às organizações sindicais.

Fruto da diversidade de trabalhos (muitos deles a tempo parcial) e da intermitência com que os exercem, muitos desses trabalhadores precários não se sentem representados pela maioria das organizações sindicais, enredadas que estão em esquemas organizativos tradicionais, para não falar do recurso a processos pouco claros de funcionamento e de tomada de decisões. No entanto, são já muitos os sindicalistas – caso dos professores – que mostram vontade de prosseguir um caminho de abertura a esta nova realidade, certos da importância e da necessidade da representação dos trabalhadores precários.

Renovação e unidade

O tempo actual coloca-nos um outro desafio, que, para além do reforço e da preservação dos “aparelhos”, deve ser o da orientação e das perspectivas para a construção de um sindicalismo unificado e renovado, capaz de mobilizar um cada vez maior número de trabalhadores.

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e os seus sindicatos constituíram o motor da enorme contestação a que assistimos no ano lectivo que agora termina. O reforço dos sindicatos é uma evidência. Mas não basta, é preciso mais, muito mais. Se a tentativa de José Sócrates e Maria de Lurdes Rodrigues de afastarem os professores dos seus sindicatos e da população fracassou, isso não significa que a “guerra” está ganha – não sei qual vai ser o resultado das próximas eleições para a Assembleia da República, nem sei que governo vamos ter – mas sei

que a Escola Pública irá continuar a ser posta em causa, tal como os direitos sociais e do trabalho dos portugueses.

O movimento sindical deve empreender um esforço sério no sentido de se adaptar a esta realidade. Para tal, deve ultrapassar a retórica e realizar, sem desconfianças, um debate sério e aberto, assumindo uma genuína vontade de renovação e de unidade. Só assim seremos, todos, capazes de tornar o mundo melhor e mais solidário.▶



Henrique Borges
Direcção do SPN

Nos CNO não se aprende nem se ensina

A iniciativa “Novas Oportunidades”, amplamente publicitada e apoiada pelos mais altos representantes governamentais, não tem sido indiferente a análises críticas oriundas de diversos sectores e, mais recentemente, de uma avaliação externa encomendada à Universidade Católica.

Para o Governo, a aposta na qualificação da população portuguesa é apresentada como solução para o crescimento económico e para a promoção da coesão social, sendo a iniciativa “Novas Oportunidades” um pilar fundamental das políticas de emprego e formação profissional para os próximos anos.

Esta iniciativa dos ministérios da Educação e do Trabalho e da Segurança Social assenta em dois eixos fundamentais:

- tornar o ensino profissionalizante uma opção real, dando *oportunidades novas* aos jovens;
- elevar a formação de base da população activa, proporcionando-lhe uma *nova oportunidade* para aprender e progredir.

Quanto ao sistema de *reconhecimento, validação e certificação de competências* (RVCC), tem como objectivo elevar a formação de base dos activos, concedendo a todos os que entraram na vida activa com baixos níveis de escolaridade uma nova oportunidade para poderem recuperar, completar e progredir nos seus estudos.

Não cabendo aqui uma avaliação do sistema, proponho uma reflexão sobre a mudança exigida aos docentes que, como formadores, passaram a integrar as equipas técnico-pedagógicas dos centros Novas Oportunidades (CNO) das respectivas escolas.

De professores a formadores...

Desde logo, é exigida uma mudança terminológica (ou *siglalógica*!!!). As conversas entre os membros da equipa são quase sempre indecifráveis por quem não faz parte do grupo de *eleitos*: CNO, PRA, RVC e RVCC, CP, CLC, STC, MV, TIC, LC... [ver “Navegar no RVCC”].

Para além do *formador*, do *profissional* e do *técnico*, surge ainda o adulto – nunca o aluno! Após alguns dias, conseguem falar a linguagem CNOsiana, mas a integração no processo como “especialista” de uma área de competências-chave e a adopção das novas metodologias é mais morosa.

O formador participa no processo de RVC, orientando a construção do PRA no âmbito da respectiva área de competências-chave (fase de reconhecimento); participa, com o profissional de RVC, na validação de competências adquiridas pelo adulto e, sempre que se revele necessário, na definição do seu encaminhamento para outras ofertas formativas; organiza e desenvolve as acções de formação complementar da responsabilidade do CNO; e participa nos júris de certificação.

O formador do CNO, que, na maioria dos casos, é professor na escola, vai distribuindo o seu tempo pela actividade docente que já conhece – e constitui a sua prática profissional quotidiana e organizada – com os tempos, ritmos e necessidades dos adultos e do centro.

O formador *não ensina*, orienta; o adulto *não aprende*, recorda e atribui significado aos saberes que possui. Reconhece-se que os diversos contextos e experiências pelas quais passou lhe proporcionaram o desenvolvimento de competências e o acesso a saberes que têm de ser validados e, depois, certificados.

Que estatuto?

Quando orienta, quando lê ‘n’ versões do PRA, quando reúne com os profissionais, quando atende um adulto individualmente, quando em casa ou noutra local comunica através da internet, enviando sugestões/propostas de trabalho, e quando, com orgulho do percurso realizado, participa na sessão de júri de validação, o formador não se consegue rever na profissionalidade docente que até construiu – e muito menos no estatuto que o Ministério da Educação lhe impôs...

Neste processo, o que é “lectivo e não lectivo”? Onde cabem as reuniões, as sessões de júri? E as muitas horas a ler PRAs? E os diversos grupos que acompanha? Como se podem contabilizar as horas pela noite dentro?

Os formadores dos CNOs assumiram uma enorme responsabilidade e um compromisso pessoal com cada adulto que acompanham. Por isso, muitos chegam ao final deste ano lectivo esgotados, mas com a satisfação de ter visto rostos a sorrir e olhos a brilhar...

Mas conscientes, também, de que muitos deles não se prolongam para além das sessões de júri – para muitos, a *Nova Oportunidade* que a Escola lhes prometeu termina logo ali!... ▶

Anabela Sousa

Direcção Distrital do SPN/

Porto

(formadora, CNO de S. Pedro da Cova)

Navegar no RVCC

O que é? Processo através do qual são reconhecidas as aprendizagens que os adultos desenvolvem ao longo da vida, nos vários contextos em que se inserem, desde que sejam passíveis de gerar conhecimentos e competências. Permite que cada adulto possa ver reconhecidas junto dos centros Novas Oportunidades (CNO) as competências que adquiriu.

Para quem é? RVCC de nível básico (4º/6º/9º ano de escolaridade) para adultos com 18 ou mais anos de idade e que não tenham concluído esses níveis de escolaridade. RVCC de nível secundário (12º ano de escolaridade) para adultos com 18 ou mais anos de idade. Os menores de 23 anos devem dispor, no mínimo, de três anos de experiência profissional devidamente comprovada.

Qual o objectivo? Confere ao adulto a possibilidade de ver reconhecidos, validados e certificados os conhecimentos e as competências resultantes da experiência adquirida. A certificação obtida permite não só a valorização pessoal, social e profissional, mas também o prosseguimento de estudos/formação.

Como funciona? O sistema desenvolve-se através de um processo que decorre num CNO, com o apoio de profissionais especializados em etapas distintas: diagnóstico, encaminhamento, processo de RVC. Parte das experiências de vida de cada adulto, que no desenvolvimento do processo tomam significado, se articulam e se constituem no seu portefólio reflexivo de aprendizagens (PRA). Durante a construção do PRA, são reconhecidos e validados os saberes e as competências à luz dos referenciais de competências-chave (Básico ou Secundário) e através de metodologias especializadas, tais como balanço de competências ou histórias de vida. O processo de RVC necessita de certificação a realizar em sessão de júri de certificação, onde a presença de um avaliador externo legitima socialmente o processo. ▶

A.S.



É urgente debater as “Novas Oportunidades”

O texto da Anabela coloca o dedo na ferida, no que diz respeito ao horário de trabalho dos docentes. Ao longo do ano, o Departamento da Educação ao Longo da Vida (DELV/SPN) recebeu diversas reclamações de professores sobre o assunto e todos os que trabalham nas “Novas Oportunidades” já se deram conta, como ela refere, de necessidades de organização do horário de trabalho que não estão reflectidas no (mau) Estatuto que nos foi imposto.

Chegados perto dos 500 centros desejados pelo Governo em 2010, com milhares de formandos certificados, não se pode aceitar o regime de “dedicação” a uma realidade muito diversa do normal percurso profissional de qualquer professor. Será necessário confrontar o Ministério da Educação com o que realmente acontece no dia-a-dia dos que desenvolvem processos de RVCC, porque se é certo que este novo processo, pensado para fora da escola e agora “escolarizado”, se adapta melhor à vida dos formandos, também é verdade que coloca novos problemas.

Face ao alerta de facilitismo, que exige confirmação, deve clarificar-se de onde vem tal contributo: se da estrutura curricular apresentada, se dos formadores – por pressão das chefias,

públicas ou privadas. Não devemos permitir a insinuação de que se certifica displicentemente para responder a metas apresentadas por quem lançou o projecto e propagandeia permanentemente o seu sucesso – Roberto Carneiro e a sua equipa iniciaram o processo de avaliação das “Novas Oportunidades” e já vão dizendo que a certificação e a melhoria do estatuto profissional dos cidadãos não andarão muito juntos...

Quem percebe do que se fala tem alertado para a ilusão que pode ser todo este processo, caso a economia não responda às expectativas dos novos “diplomados”. Que é o que parece estar a acontecer.

Muitas outras dúvidas se vão levantando, não sendo este o espaço para a sua discussão. Mas o debate sobre o que realmente acontece na escola é urgente – o DELV/SPN irá ainda ouvir alguns dos intervenientes nesta área, sendo certamente possível que o Sindicato tenha uma posição sobre a matéria no início do próximo ano lectivo. ▶

Carlos Midões
Direcção do SPN
(coordenador do DELV)

Estatutos das carreiras: clarificação e perspectivas de luta

A Fenprof não assinou qualquer acordo com o MCTES sobre os estatutos de carreira nas universidades e nos institutos politécnicos e continuará a bater-se pela alteração do regime transitório, considerando indispensável que o próximo Governo adopte como prioritária a resolução deste problema.

Apesar de alguma evolução no sentido da redução da precariedade no regime de transição do Politécnico, conseguida num esforço final das negociações, mas ainda bem distante das suas reivindicações, não foi possível à Federação Nacional dos Professores (Fenprof) chegar a acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

No entanto, considera globalmente positivas as soluções encontradas para a configuração das futuras carreiras e que as alterações alcançadas se deveram à luta dos docentes, em particular do Politécnico. Por outro lado, na acta final, declarou estar empenhada em prosseguir a luta por um regime justo de transição para os docentes do Politécnico e pelo direito à estabilidade contratual de todos os docentes do Ensino Superior.

Após a auscultação dos docentes de várias escolas, e analisando a situação política e eventuais cenários pós-eleitorais, foi considerada importante a consagração em lei dos aspectos positivos, mas também não deixar de prosseguir a luta pela eliminação dos aspectos negativos de ambos os projectos.

Quer os leitores e professores auxiliares do Universitário, quer, sobretudo, os assistentes e equiparados do Politécnico – em especial do ISEP, do ISEC e do ISEL, onde têm sido renovados com regularidade os contratos, ainda que precários –, têm razões para protestar e indignar-se face a um regime de transição que representa uma ameaça ao posto de trabalho mesmo após os 6 anos de transição. Bem diferente é a situação noutros institutos politécnicos, onde bastantes docentes estariam em risco de ser despedidos a curto prazo, se não fossem consignadas, por exigência da Fenprof, algumas disposições transitórias no sentido de:

- (i) obrigar as instituições a fazer com os assistentes e equiparados contratos de 2 em 2 anos até completar os 6 anos;
- (ii) possibilitar que os docentes com mais de 5 anos de serviço, inscritos ou que venham a inscrever-se em doutoramento, tenham contratos de 2 em 2 anos e condições de prosseguir a sua qualificação, obrigando as instituições a colaborar nesse objectivo;
- (iii) garantir que os docentes com mais de 12 anos em dedicação exclusiva ou tempo integral, independentemente do grau obtido, possam ver renovados os seus contratos, possibilitando a docentes com mais idade e tempo de serviço a renovação de contratos até à reforma.

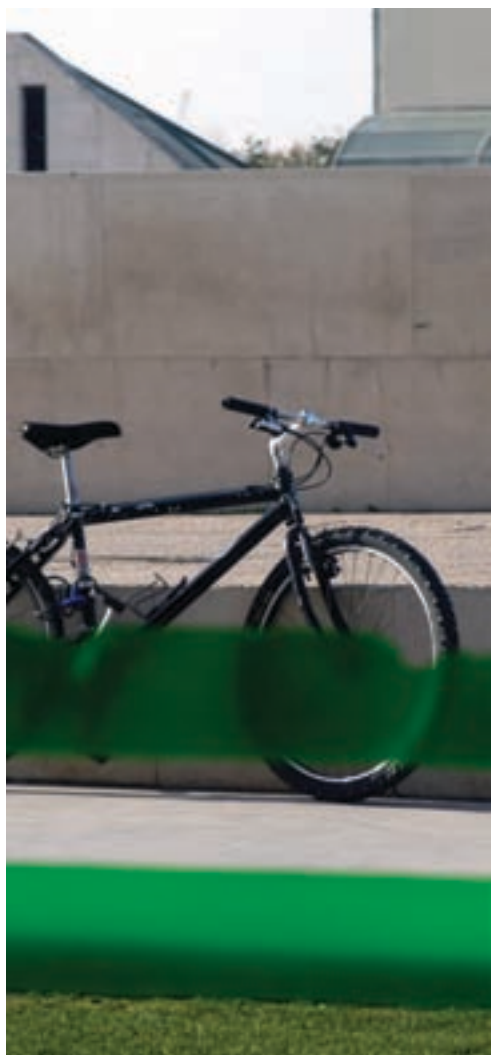
Apesar destas garantias, a Fenprof reafirma a sua discordância relativamente ao regime de transição no Politécnico. Da mesma forma, apesar de constatar alguma melhoria no que diz respeito quer à situação dos leitores, quer ao direito à nomeação definitiva para os professores auxiliares com nomeação definitiva e aos auxiliares com nomeação provisória, considera que não foi encontrada uma solução justa para o estatuto dos leitores nem para os professores auxiliares e adjuntos, a quem foi negada a *tenure* – mesmo que a *tenure* não seja regra noutros países, porquê este seguidismo em relação às políticas neoliberais reinantes na União Europeia e noutros países ditos desenvolvidos?



A luta não acabou

Com os estatutos aprovados em Conselho de Ministros e o Parlamento a concluir trabalhos, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) considera que a consecução dos objectivos reivindicativos que não foi possível atingir em sede de negociação passa por uma intervenção a outro nível, designadamente junto dos partidos concorrentes às próximas eleições, com os quais tem estado a reunir para obter compromissos claros que permitam alterar os aspectos negativos. Nos encontros já realizados, os partidos têm-se mostrado disponíveis para requerer a apreciação parlamentar dos novos estatutos no início da próxima legislatura (caso venham a ser promulgados), considerando importante manter o que se conseguiu de positivo, mas reconhecendo que é necessário corrigir as injustiças criadas.

Neste contexto, e com a actual correlação de forças, o SPN entende que a greve em curso no Politécnico não é a forma de luta mais adequada e eficaz, e por isso a não convocou. Mas, obviamente, respeita quem a faça e quem a tenha decidido e convocado. Somos solidários com as formas de



luta que os docentes do Politécnico entendam desenvolver para obterem uma justa transição das suas carreiras e reafirmamos que o SPN/Fenprof continuará a bater-se por uma justa transição das carreiras.

O SPN lamenta, por outro lado, que em muitas das reuniões convocadas para as universidades a afluência dos professores não tenha sido a desejável e que, no momento da manifestação, tenham estado significativamente ausentes. Mas não podemos deixar de saudar aqueles que participaram nas iniciativas do SPN bem como noutras levadas a cabo pelos docentes. Já os docentes do Ensino Politécnico, com particular referência para o ISEL, ISEC e, sobretudo, o ISEP, têm dado provas de uma grande capacidade de luta e unidade, que o SPN saúda e considera dever ser um exemplo para todo o Ensino Superior.

Terão de concordar certos críticos ex-post, sobretudo quando alheados da luta, que só a força expressiva da classe podia e pode alterar o rumo e o conteúdo dos projectos. Por outro lado, a luta pela estabilidade em torno da nomeação definitiva e pelo reforço contratual através da *tenure* deve ser perspectivada no âmbito de uma luta mais geral, com os demais sectores do ensino, e a própria Administração Pública, para que seja alterada a Lei 12A, que vem aumentar a precariedade e fragilizar os contratos nos elos mais fracos das cadeias hierárquicas. Num contexto de revisão obrigatória, a ausência de estatuto poderá, no limite, permitir a discricionariedade na aplicação geral da Lei por parte de responsáveis das instituições.

Em jeito de balanço

Apesar dos avanços na configuração das futuras carreiras, temos consciência de que o resultado a que se chegou em algumas questões está longe de corresponder às legítimas expectativas dos professores.

Porém, face a algumas tiradas anti-sindicais gratuitas, não podemos deixar de sublinhar que sócios e não sócios, dirigentes e activistas dos sindicatos da Fenprof, para além de todas as obrigações como docentes e investigadores, dispuseram do seu tempo sem qualquer dispensa de serviço e, em circunstâncias

difíceis, deram o melhor de si para obter o máximo possível para uma classe com pouca tradição e baixa intensidade de luta, um débil sentido de classe e uma elevada competitividade derivada de um velho sistema hierárquico, corrosivo da necessária unidade de classe.

Neste contexto, a Direcção do SPN, e em particular o Departamento do Ensino Superior, não pode deixar de relevar a combatividade demonstrada por alguns colegas e o nível de mobilização que, apesar de tudo, se conseguiu em vários locais e em vários momentos, no universitário e, sobretudo, no politécnico, registando também o sentido de unidade com que o SPN/Fenprof e o SNESup procuraram promover a convergência na acção e desenvolver iniciativas conjuntas.

Manuel Carlos Silva

Direcção do SPN

(Departamento do Ensino Superior)



Estudo da OCDE sobre condições de trabalho dos professores

Eficácia prejudicada pela falta de incentivos e pela indisciplina

“Há que abandonar a gestão dos meios e as abordagens burocráticas do ensino, para adoptar um sistema em que as responsabilidades são delegadas e as direcções dos estabelecimentos de ensino apoiem os professores”.

Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) revela que três em cada quatro professores sentem que não têm motivação para melhorar a qualidade do seu desempenho e que três em cada cinco escolas alegam que o mau comportamento dos alunos perturba o bom desenrolar das aulas.

A principal consequência política que o relatório sugere é que as autoridades da Educação devem propor aos professores medidas de incentivo mais eficazes. Com efeito, muitos países não estabelecem qualquer ligação entre a avaliação dos resultados dos professores e as recompensas e o reconhecimento de que beneficiam e, nos casos em que esta ligação existe, é muito ténue.

Na apresentação do documento, o secretário-geral da OCDE enfatizou a necessidade de a melhoria do desempenho dos professores ser encorajada. “Os bons professores são essenciais para o sucesso das políticas de educação”, afirmou Angel Gurría, acrescentando que “a qualidade de um sistema educativo assenta na qualidade do corpo docente e no seu trabalho”.

Ainda segundo Gurría, as autoridades devem abandonar as políticas do passado, articuladas em torno da dialéctica sucesso/insucesso, e adoptar uma abordagem mais científica e medidas baseadas em práticas exemplares e normas internacionais rigorosas. “Para isso, é necessário rejeitar a uniformidade dos sistemas e optar pela diversidade e pela personalização do ensino e da aprendizagem. Há que abandonar a gestão dos meios e as abordagens burocráticas do ensino, para adoptar um sistema em que as responsabilidades são delegadas e as direcções dos estabelecimentos de ensino apoiem os professores. Em suma, há que substituir a equidade em termos de oferta de serviços educativos pela equidade em termos de resultados”.



É possível fazer mais e melhor

Intitulado “*Criar ambientes eficazes para o ensino e a aprendizagem*”, o relatório baseia-se nos resultados do TALIS – novo inquérito da OCDE – e, entre outros aspectos, revela que:

- na Austrália, Bélgica (Flandres), Dinamarca, Irlanda e Noruega, mais de 90% dos professores afirmam não esperar qualquer recompensa pelo facto de melhorarem a qualidade do seu ensino;
- os professores mostram-se menos pessimistas na Bulgária e na Polónia, ainda que cerca de metade deles não vejam incentivos para melhorar;
- na Estónia, Itália, Eslováquia e Espanha, mais de 70% dos professores do 3º Ciclo trabalham em escolas em que se refere que as perturbações de sala de aula prejudicam o processo de ensino “razoavelmente” ou “muito”;
- em média, 38% dos professores inquiridos trabalhavam em escolas em que se faz sentir escassez de pessoal qualificado; na Polónia, este problema afecta apenas 12% das escolas, mas na Turquia, essa escassez afecta 78 % das escolas;
- em média, os professores passam 13% do tempo de aula a mater a ordem – na Bulgária, Estónia, Lituânia e Polónia, esse esforço representa menos de 10 % do tempo de aula.
- para além das perturbações na sala de aula, outros factores que prejudicam o ensino incluem o absentismo dos alunos (46%), a sua chegada tardia à aula (39%), o uso de linguagem vulgar e blasfema (37%) e a intimidação ou ofensas verbais contra outros estudantes (35%);
- conjuntamente com a falta de incentivos para melhorarem o seu desempenho, nalguns países os professores não estão sujeitos a qualquer avaliação sistemática nem recebem qualquer forma de apreciação do seu trabalho – é o que acontece com mais de 25% dos professores na Irlanda e em Portugal, 45 % em Espanha e 55 % em Itália.

No conjunto, o inquérito mostra que os planeadores e decisores da Educação poderiam desenvolver mais esforços no sentido de apoiar os professores e melhorar os resultados dos alunos, se tanto a opinião pública como os responsáveis políticos se interessassem menos pelo controlo dos recursos e dos conteúdos educativos e mais pelos resultados da aprendizagem.

NOTA

TALIS (Teaching and Learning International Survey) é a designação do novo inquérito da OCDE. Este *Inquérito Internacional sobre Ensino e Aprendizagem* é o primeiro, à escala internacional, a debruçar-se sobre o ambiente pedagógico e as condições de trabalho dos professores nas escolas. Aborda questões que afectam os professores e o seu desempenho, na perspectiva tanto dos directores/presidentes de estabelecimento como dos próprios professores. O objectivo é colmatar lacunas de informação importantes nas comparações internacionais entre sistemas educativos.

O inquérito foi conduzido com o apoio da Comissão Europeia e incide sobre 23 países: Austrália, Áustria, Bélgica (comunidade flamenga), Brasil, Bulgária, Dinamarca, Estónia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Coreia do Sul, Lituânia, Malásia, Malta, México, Noruega, Polónia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Turquia.

Em cada país, foram seleccionadas aleatoriamente cerca de 200 escolas e, em cada uma delas, foram preenchidos dois questionários: um pelo director e outro por 20 professores escolhidos ao acaso.

As questões incidiram sobre assuntos como a preparação dos professores, as metodologias e práticas pedagógicas e os regimes de reconhecimento e recompensas para os professores.

Indicadores referentes aos professores portugueses

Percepção sobre a própria eficácia e satisfação profissional. Abaixo da média TALIS (MT)

Qualidade do ambiente na sala de aula. Mau clima disciplinar (2º mais baixo do TALIS)

Formação contínua. 86% participaram em acções de desenvolvimento profissional (MT 89%) | Em média, utilizaram 18,5 dias para formação (MT 15,3) | Quase 25% pagaram a formação na totalidade (MT 8%) | Apenas 25% beneficiaram de dispensa no horário de trabalho (MT 63%) | Formação procurada e não obtida: 76% (MT 55%) | Áreas com mais necessidade de formação: educação especial (50% - MT 34%) e TIC (24% - MT 25%)

Crenças, práticas e atitudes. Como na maioria dos países, vêem-se como facilitadores de aprendizagem activa para alunos que procuram soluções por si próprios, por oposição ao papel de meros transmissores de conhecimentos e fornecedores de soluções. Também como nos outros países, a cooperação profissional assume mais a forma de troca e coordenação de ideias e informações do que a colaboração directa – comparada com a dos outros países, a cooperação profissional é baixa.

Avaliação do desempenho docente e das escolas. Mais de 25% não tinham sido alvo de avaliação (3º mais alto do TALIS) e quase um terço estão em escolas que não foram objecto de avaliação interna ou externa (3º mais alto do TALIS) | Dos avaliados, mais de 25% revelam que a avaliação se reflectiu no desenvolvimento de um plano para melhoria das suas práticas (MT 37%) | 17% referem que terão alguma recompensa, monetária ou não, pela inovação das suas práticas (MT 25%) | 27% acreditam que um professor será demitido na sequência de más praticas continuadas (MT 28%).

Liderança escolar. Os directores tendem para um estilo administrativo de liderança (na MT), mais do que para uma liderança de índole pedagógica (supervisão dos actos educativos, apoio ao desenvolvimento profissional, estabelecimento de metas), relativamente baixa face à MT.

Experiência profissional. 27% trabalham há 10 anos ou menos (MT 38%), 47% entre 11-20 (MT 27%) e 26% há 20 ou mais (MT 36).

Comportamentos que prejudicam o acto educativo. Nos três itens considerados (atraso, absentismo, falta de preparação pedagógica), os professores portugueses estão abaixo da MT | A falta de preparação pedagógica é o aspecto que os directores mais referem (19%) como muito ou razoavelmente prejudicial (19% - MT 24%).

"A universidade por um mundo melhor"

Texto: Sob o lema em título, vai decorrer em **Havana, de 8 a 12 de Fevereiro, o 7º Congresso Internacional de Educação Superior – "Universidade 2010"**, que reunirá professores, investigadores, estudantes e outros membros da comunidade académica e de instituições relacionadas com a investigação.

O compromisso social das universidades e o seu papel no desenvolvimento sustentável; as estratégias e os mecanismos para a unidade entre instituições de educação superior; os desafios e as perspectivas da formação dos profissionais universitários, bem como os paradigmas actuais da pedagogia e da didáctica universitárias – são alguns dos temas centrais da iniciativa, cujo programa inclui conferências plenárias, mesas-redondas, painéis e diversos ateliês temáticos, além de cursos pré-congresso, visitas especializadas e lançamentos editoriais.

As inscrições decorrem até 31 de Julho, dependendo o valor total a pagar do hotel e do regime de alojamento escolhido – inclui a viagem Lisboa-Madrid-Havana e regresso (Ibéria). Para mais informações, os interessados deverão contactar Elizabeth Rodríguez [cubatotal@netcabo.pt | 914 160 385].



SPN foi a votos e reorganiza estrutura

Fruto da recente alteração estatutária, realizou-se, no dia 22 de Junho de 2009, a eleição intercalar da Mesa da Assembleia-Geral do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a eleição das *direcções distritais* (criadas pela alteração estatutária), todas com mandato até 2011, tal como o da actual Direcção central.

Esta alteração, votada em Assembleia-Geral no dia 30 de Abril, revestiu-se de um carácter instrumental, com o objectivo de adequar as estruturas de direcção às imposições legais. Assim, tratou-se, essencialmente, de dar resposta às exigências do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, que entrou em vigor no início deste ano civil, salvaguardando os princípios sindicais do SPN, procurando, desta forma, minimizar o drástico impacto no crédito de horas de que as organizações sindicais podem dispor para desenvolver o seu trabalho.

De acordo com os Estatutos do SPN, a votação foi efectuada por escrutínio secreto, directo e universal, ao qual concorreram duas listas (A e S) à Mesa da Assembleia-Geral e

às Direcções Distritais, com excepção de Bragança e Vila Real, onde apenas a Lista S se apresentou a sufrágio.

O apuramento final dos resultados ditou a vitória da Lista S – que concorreu com o lema “Sempre ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública” –, que elegeu a Mesa da Assembleia-Geral e todas as direcções distritais, com excepção de Aveiro, ganha pela Lista A – “Um Sindicato presente. Dignificar a profissão docente”.

O acto de posse dos eleitos realizou-se no dia 4 de Julho, no auditório do Museu Nacional Soares dos Reis (Porto).

Com a participação de 3519 associados (25%), os resultados foram os constantes da tabela.

	LISTA A	LISTA S	brancos	nulos	total
Mesa Assembleia-Geral	1277	2142	87	11	3517
Direcções distritais:					
Aveiro	278	53	6	1	338
Braga	346	381	16	1	744
Bragança	—	401	35	38	474
Porto	404	852	38	5	1299
Viana do Castelo	131	261	4	0	396
Vila Real	—	194	21	5	220
Totais	1159	2142	120	50	3471



Eixos estratégicos para alterar políticas

O Conselho Nacional da CGTP-IN aprovou um conjunto de propostas concretas a apresentar aos partidos políticos, visando compromissos claros para que, nos actos eleitorais que se avizinham, apresentem programas de governação a favor dos trabalhadores, dos cidadãos e do desenvolvimento do país.

Os problemas com que o país se debate impõem uma mudança de rumo no fundamental das políticas. Sem essa mudança, a crise manter-se-á; prosseguirão os favores ao grande capital e às forças mais conservadoras e a imposição de sacrifícios aos trabalhadores; ficaremos cada vez mais afastados do nível de vida médio dos países da União Europeia; a taxa oficial de desemprego estará em breve acima dos 10%; verificar-se-á um grave aumento da pobreza.

A situação exige novas políticas que respondam ao progressivo enfraquecimento do tecido produtivo; às desigualdades; ao enfraquecimento do Estado Social, incluindo os serviços públicos; à precariedade nas relações de trabalho; à subversão do direito constitucional de contratação colectiva levada a cabo pelos dois últimos governos; à corrupção e ao sentimento, pela generalidade dos cidadãos, de que o Estado é impotente para a combater; à falta de confiança na Justiça e à falta de diálogo a todos os níveis.

O ano 2010 será particularmente sensível. Será um teste à alegada retoma económica e à sua consistência, mas também às políticas europeias.

Está na mesa a avaliação da Estratégia de Lisboa e das políticas de protecção social, num quadro marcado por propostas governamentais no sentido de manter e aprofundar políticas confirmadamente desajustadas. Os trabalhadores – a população em geral – têm a particular responsabilidade de, através do voto, poderem mudar a natureza das políticas seguidas. Mas também têm o direito de propor e reivindicar, exigindo respostas sérias.

Nesta perspectiva, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) definiu 10 eixos estratégicos com vista à efectiva mudança de políticas.

Criar emprego estável e com direitos e evitar os despedimentos. A intervenção do Estado nos sectores estratégicos, o reforço do investimento público, o apoio ao desenvolvimento da economia, a aposta na investigação & desenvolvimento, a intervenção estruturada nas regiões críticas, o aumento da qualificação dos trabalhadores, os serviços públicos, os equipamentos sociais e as tecnologias verdes, são vectores essenciais. A CGTP reclama, também, programas de gestão preventiva para empresas com perdas significativas de emprego e a negociação de acções eficazes com as estruturas representativas de trabalhadores, designadamente nos domínios do emprego, da formação e da reconversão.

Garantir o direito constitucional de contratação colectiva. Assumir o direito à negociação colectiva, reconhecido na Constituição e nas normas da OIT, deve constituir um compromisso concreto.

Valorizar o trabalho e os direitos dos trabalhadores. A CGTP defende a revisão das normas da legislação de trabalho sujeitas a pedido de apreciação da constitucionalidade e exige o reforço dos meios da Inspeção de Trabalho e uma acção eficaz da Autoridade das Condições de Trabalho.

Combater a precariedade. Urge reforçar a fiscalização e limitar os contratos de trabalho de duração determinada às necessidades temporárias (sector privado e Administração Pública).

Alargar o acesso ao subsídio de desemprego. A CGTP reclama a redução do período de garantia para acesso às prestações de desemprego e o prolongamento do subsídio social de desemprego, abarcando pelo menos todo o período de recessão económica, para evitar que os desempregados de longa duração, uma vez esgotado o subsídio de desemprego, fiquem sem protecção. Defende, também, que os trabalhadores que perderam os postos de trabalho em resultado do encerramento das empresas sejam considerados credores privilegiados sobre todos os demais, que todo o património das empresas responda por esses créditos e que haja celeridade no seu pagamento.



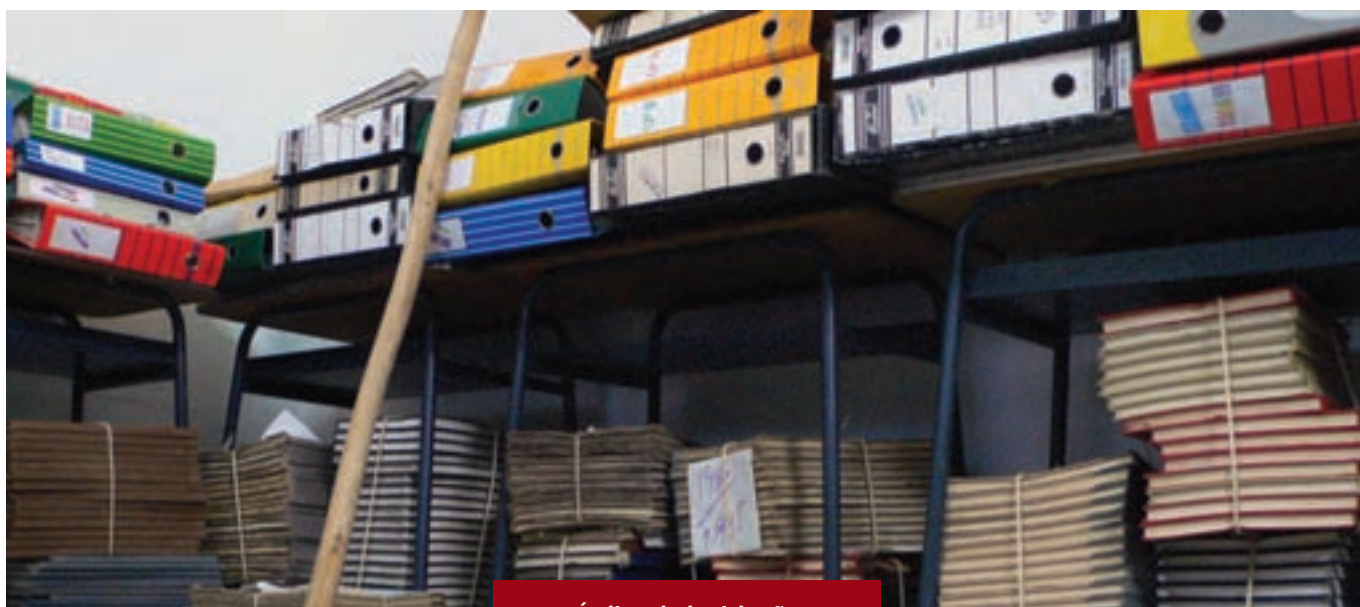
Promover o aumento real dos salários, das pensões e do salário mínimo nacional. O aumento do poder de compra dos salários é condição para a melhoria da situação económica do país. Por outro lado, é urgente a revisão dos critérios de actualização das pensões, uma vez que, num contexto de baixo crescimento económico que poderá prolongar-se, os actuais apenas garantem a manutenção do poder de compra das pensões mais baixas, penalizando os pensionistas que mais contribuíram para a Segurança Social.

Reforçar a solidariedade, promover a coesão social e combater as desigualdades. A CGTP reclama uma intervenção eficaz contra o agravamento das desigualdades e a necessidade de mobilizar recursos para a acção contra a pobreza e a exclusão social. 2010 deverá ser vital, com vista a medidas eficazes sobre as desigualdades, a coesão social e a luta contra a pobreza e a exclusão social.

Reforçar os serviços públicos e a protecção social. A CGTP defende a valorização do Estado e o reforço do emprego e dos serviços públicos, considerando indispensáveis: uma Escola Pública de Qualidade para todos e a criação das condições necessárias ao efectivo alargamento da escolaridade obrigatória; o reforço dos cuidados primários de saúde, o que exige um médico e um enfermeiro de família para todos; a revogação do Factor de Sustentabilidade das pensões. Urge, também, rediscutir a sustentabilidade da Segurança Social e agilizar os tribunais de Trabalho e do Comércio, reforçar os quadros de magistrados e oficiais de justiça e pôr termo à desjudicialização em curso.

Reorientar as políticas económicas. A central sindical defende que o Pacto de Estabilidade e de Crescimento deve ser reconsiderado face ao risco de a aplicação de políticas de consolidação orçamental, no momento em que as economias dos países da UE possam emergir da recessão, ter efeitos desastrosos na recuperação económica. Defende, ainda, uma profunda alteração da “Estratégia de Lisboa”, que privilegie a dimensão social e assegure a criação de emprego digno e com direitos.

Tornar o sistema fiscal mais equitativo. É necessário adoptar medidas para criar receitas suplementares – providas dos grupos sociais com maiores rendimentos – destinadas ao reforço da Segurança Social e à luta contra a pobreza. A CGTP reclama, ainda, a alteração da tributação do património, de forma a incluir a parte móvel (participações sociais, créditos, veículos, objectos de arte), tendo em conta a importância crescente da riqueza mobiliária; defende a eliminação da generalidade dos benefícios fiscais e/ou isenções de que gozam alguns rendimentos, porque introduzem regressividade no sistema fiscal, e considera urgente acabar com os paraísos fiscais.



Índice de legislação

ABRIL

I Série

22. Parecer 2/09

Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre os projectos de lei relativos ao regime de aplicação da Educação Sexual nas escolas.

27. Decreto-Lei 96/09

Institui a Universidade do Porto em fundação pública com regime de direito privado.

29. Portaria 455/09

Condições de trabalho constantes no contrato de trabalho com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

II Série

17. Despacho 10.259/09

Delegação de competências da directora regional de Educação do Norte no chefe de equipa multidisciplinar de Apoio à Gestão de Recursos Humanos, Joaquim Octávio Fonseca F. S. Soares.

MAIO

I Série

14. Portaria 511/09

Procede à actualização extraordinária dos montantes das prestações do

abono de família para crianças e jovens por deficiência e dependência.

18. Portaria 536/09

Aprova o regulamento arquivístico das direcções regionais de Educação.

18. Decreto-Lei 117/09

Cria o Gabinete Coordenador da Segurança Escolar, no âmbito do Ministério da Educação.

21. Decreto-Lei 124/09

Estabelece o regime jurídico do trabalho voluntário nas escolas realizado por pessoal docente aposentado.

II Série

12. Despacho 11.476/09

Rede de vinculação dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo de Ensino Artístico Especializado.

14. Despacho 11.661/09

Nomeia Jorge Ilídio Faria Martins como director da unidade de coordenação executiva do Observatório das Políticas Locais de Educação.

19. Aviso 9.730/09

Publicitação das listas provisórias dos candidatos admitidos e ordenados e dos excluídos dos concursos de educadores de infância e professores dos ensinos Básico e Secundário.

21. Lei 23/09

Consagra a garantia de intercomunicabilidade entre os docentes das regiões autónomas com o território continental.

22. Despacho 12.300/09

Estabelece o calendário para os regimes especiais de acesso e ingresso no Ensino Superior em 2009.

JUNHO

I Série

06. Portaria 609/09

Regulamenta o registo de trabalho extraordinário previsto no nº 2 do artigo 113º do Regulamento do Anexo II à Lei 59/2008 (Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas).

08. Dec. Leg. Regional 14/09/M

Regula o concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da Educação Pré-Escolar, dos ensinos Básico e Secundário e do pessoal docente especializado em Educação e Ensino Especial na Região Autónoma da Madeira.

28. Portaria 691/09

Cria cursos básicos de Dança, Música e Canto Gregoriano e aprova os respectivos planos de estudo.

II. Série

02. Decl. Rectificação 1.414/09

Rectificação ao aviso do concurso de educadores de infância e professores dos ensinos Básico e Secundário para o ano escolar 2009-2010.

04. Despacho 13.710/09

Estabelece as regras relativas a matrículas e renovação de matrículas e a distribuição de crianças e alunos pelos vários estabelecimentos.

08. Despacho 13.399/09

Mobilidade de docentes a destacar ou requisitar em situações especiais.

17. Aviso 11.010/09

Aditamento ao Aviso nº 9.730/2009, de 19 de Maio (listas de ordenação e exclusão do grupo 350 – Espanhol).

18. Deliberação 1.700/09

Define os pré-requisitos para a candidatura à matrícula e inscrição no Ensino Superior [Direcção-Geral do Ensino Superior].

26. Parecer 3/09

Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre proposta de lei que visa estabelecer o regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontrem em idade escolar e consagrar a universalidade da Educação Pré-Escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade.

"NÃO SOMOS HERÓIS, SÓ QUEREMOS VIVER EM PAZ"



Nesta edição, continuamos a dar conta da situação vivida na última grande colónia existente nos nossos dias – Sahara Ocidental, como é vulgarmente conhecido, ou República Árabe Saharai Democrática (RASD), segundo designação adoptada pelo Governo próprio, que habita a área libertada do território, onde a população vive em 26 acampamentos.

O texto das páginas seguintes narra a experiência de duas cidadãs das Canárias que estiveram na área ocupada por Marrocos, designadamente na cidade que deveria ser a capital da RASD, El Aaiún. O relato chegou-nos através de um contacto que estabelecemos em Abril, quando estivemos nas áreas libertadas, integrando uma delegação humanitária portuguesa. Kasisa Cherif passou a ser um dos canais de comunicação para que a Fenprof e os seus sindicatos cumpram a obrigação que elegeram aquando dessa visita – não permitir que continue a ser silenciado o drama de um povo subjugado pela força, ocupado ilegalmente e esquecido pela comunidade internacional.

Horrores de uma ocupação silenciada

“Nós não somos heróis. Só queremos que o mundo conheça a nossa verdade e que o nosso povo volte a ter a sua terra, e a viver em paz”.

“Fomos informadas de que deveríamos agir com naturalidade, porque embora não se percebesse, estaríamos sempre a ser perseguidas e vigiadas. Que não corríamos nenhum perigo, porque a nossa presença na cidade de El Aaiún seria na qualidade de “turistas”. Que o aparato policial é de tal maneira exagerado que intimida qualquer estrangeiro como nós. Que o que nos contariam nos faria estremecer...”

Do que não fomos prevenidas foi de que ouviríamos experiências contadas pelo povo saharauí. Mulheres e homens fortes, orgulhosos, sem medo, com uma dignidade que supera todos os sofrimentos, torturas, injustiças.

Os saharauís apenas exigem o direito de decidir sobre o seu futuro, o mesmo direito que a legalidade internacional reconhece e que Marrocos está a bloquear. É necessário referendo que decida definitivamente sobre a independência da sua nação.

Eles estão aptos para assumir isso, pois, como dizia Brahim, “é a única coisa que queremos, porque nos pertence por direito. Tentaram desalojar-nos daqui usando todos os meios e as mais violentas e inconcebíveis estratégias. O nosso povo sabe disto e há trinta anos que se prepara. Cometeremos erros, mas serão os nossos e não de um governo invasor que, sem escrúpulos, tem tentado submeter-nos à força. Não é apenas uma questão de não querermos, é que não sabemos rebaixar-nos, e é isto que justifica todo este sofrimento durante tantos anos”

Foi Brahim, de 43 anos, quem nos contou parte das vivências e sofrimentos passados durante estes anos, as detenções, prisões e torturas a que foi submetido. Mas apenas nos contou uma parte daquilo que, para ele, era tão doloroso recordar.

Falámos de muitas coisas, de coisas que apenas contamos aos amigos, passeámos pela cidade, tomámos chá na praia, conhecemos a sua família.

Dele, registamos um episódio ocorrido no Egipto, onde participava numa mesa-redonda com peritos internacionais de Direitos Humanos. No momento da sua intervenção, não conseguindo articular uma só palavra, deu um murro na mesa – só queria declarar que os torturados, os desaparecidos, não são heróis. Eles conhecem bem a sua causa, apenas necessitam de carinho, amor e solidariedade. Por isso, por muito especialistas que fossem os que o acompanhavam, nenhum sofreu o mesmo que ele. Isso eles não sabiam”.

Testemunhos desoladores

“O objectivo da nossa visita foi observar *in loco* a população que permaneceu no Sahara ocupado por Marrocos e que há três décadas resiste de forma mais ou menos activa a esta ocupação – contactar com militares saharauís defensores dos Direitos Humanos, analisar as suas denúncias, ouvir testemunhos de ex-presos políticos, vítimas da repressão e das torturas a que foram sujeitas as suas famílias.

Mantivemos diversos e intensos encontros durante o dia da visita. E os testemunhos mais desoladores foram, sem dúvida, os das mulheres – vítimas a dobrar, como mães e esposas e como protagonistas de uma parte da história muito sofrida do seu povo.

Ghali e outras mulheres, activistas, vítimas de vivências terríveis e torturas selvagens, presas durante anos sem qualquer tipo de justificação, separadas das suas famílias – que as julgavam mortas –, submetidas a todo tipo de vexames e sujeitas às mais deploráveis condições higiénicas, contaram muitas coisas.

Falaram dos “desaparecimentos forçados” – doloroso entender o facto de entrarem nas casas dos saharauís e levarem à força os adultos, homens, mulheres e avós, distribuí-los por diferentes cadeias marroquinas e fazê-los desaparecer.

Na sociedade saharauí, as mulheres são parte do divino, são mães, irmãs e filhas, e são objecto de protecção especial. Os torturadores marroquinos sabem disso e utilizam-no como forma extra de humilhação e tortura, submetendo-as a todo o tipo de ultrajes.

Entre as torturas, e como norma, tinham os olhos permanentemente vendados com um pano sujo, de onde saíam bichos que ali faziam o seu ninho. Depositavam-nas num quarto com cerca de 30 metros, homens e mulheres a dormir no chão, sem nenhuma higiene: para satisfazer as necessidades, eram

empurradas até um buraco, orientadas com pauladas, sempre com os olhos vendados; menstruação atrás de menstruação sem qualquer protecção, queimadas com líquidos inflamáveis misturados com lixívia, água suja...

Sentimos um impacto brutal com o que nos foi contado. As sequelas de tanto sofrimento e humilhação não foram apenas psicológicas – despiam-nas, para se sentirem enxovalhadas perante os soldados marroquinos –, mas também foram físicas: por estarem permanentemente vendadas, perderam a visão; e os líquidos inflamáveis a que estiveram sujeitas fizeram com que algumas perdessem definitivamente o cabelo, os dentes. E também houve sequelas a nível das articulações – empalavam-nas amarradas e andavam com elas às voltas, como um frango a assar.

No entanto, apesar de tudo o que passaram, essas mulheres não desistem de tentar ser felizes, de tratar dos filhos e da família. Vê-se que são fortes, dignas e bonitas”. Reunimos, ainda, com um grupo de jovens, detidos de forma injusta por suposto “tráfico de drogas”, por “queimarem carros da polícia” e por outro género de delitos comuns. Foram torturados sem julgamento, na terrível Cadeia Negra (El Aaiún), por porem em risco a segurança do rei de Marrocos. As mães de alguns desaparecidos pressentem que os filhos estão vivos em alguma das terríveis cadeias marroquinas, mas a sofrer o que não é fácil imaginar”.



Ocupação militar e sócio-cultural

“O Sahara ocupado, por outro lado, é uma cidade árabe aparentemente normal, se esquecermos a contínua presença policial, nas mais variadas formas: à paisana, de azul, de caqui...

Passeámos pelos arredores da mesquita, pelos lugares mais emblemáticos, perto dos quartéis militares, pela praia. Claro que em todos os lugares possíveis havia fotos do omnipresente rei de Marrocos, sendo evidente que a ocupação não é apenas militar, mas também sócio-cultural.

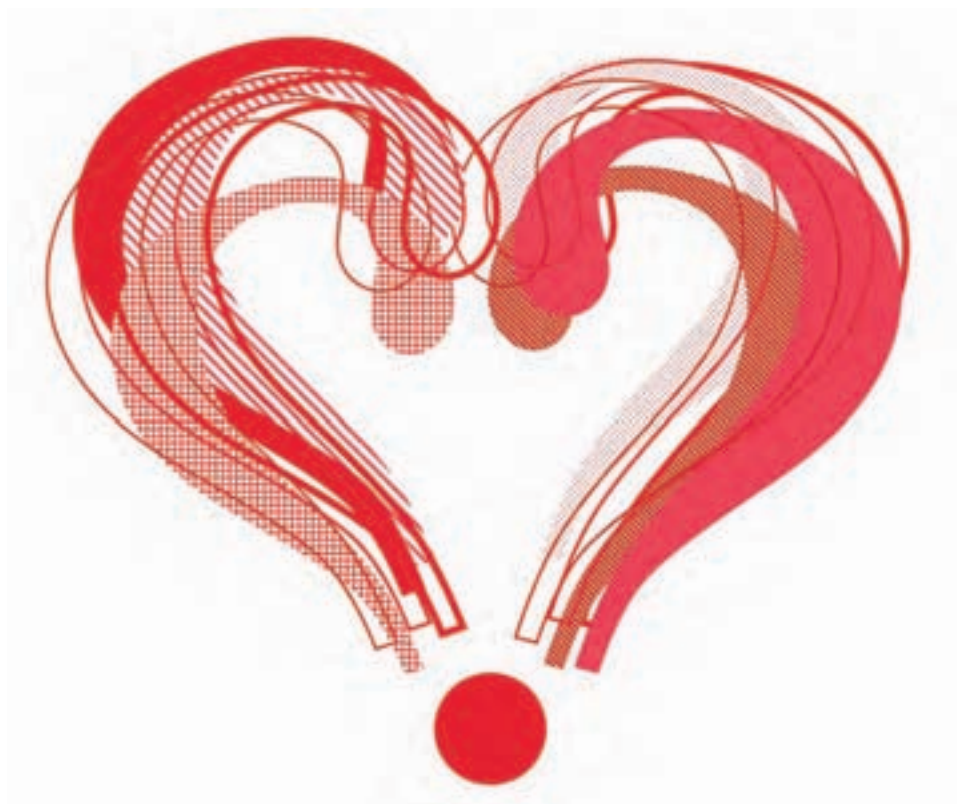
Em nenhum momento sentimos medo. Estávamos absolutamente protegidas pelos nossos amigos e amigas saharauis, que, por terem sofrido tanta violência física e emocional, se tornam difíceis de calar, dada a sua valentia, a firme e justa vontade e determinação.

A tortura não os debilitou – realmente, deu-lhes mais força. E ficamos com a mensagem de Brahim: “Nós não somos heróis, só queremos que o mundo conheça a nossa verdade e que o nosso povo volte a ter a sua terra e a viver em paz”.

N.D. Este relato chegou-nos através de um contacto que estabelecemos em Abril, quando estivemos nas áreas libertadas, integrando uma delegação humanitária portuguesa. Kasisa Cherif passou a ser um dos canais de comunicação para que a Fenprof e os seus sindicatos cumpram a obrigação que elegeram aquando dessa visita – não permitir que continue a ser silenciado o drama de um povo subjugado pela força, ocupado ilegalmente e esquecido pela comunidade internacional.

Abel Macedo
coordenador do SPN

Narrativas é um espaço aberto à expressão pessoal e criativa dos leitores da «SPN-Informação», professores ou não. Os textos não deverão exceder 2.500 caracteres (com espaços). Também são aceites fotografias e realizações plásticas ou outras. Todos os materiais devem ser enviados por correio postal ou electrónico (spninfo@spn.pt) sempre com a indicação de um contacto telefónico e da menção “para publicação em Narrativas”. A autenticidade da autoria é da exclusiva responsabilidade dos remetentes. Os autores podem preservar a identidade, utilizando pseudónimo ou solicitando anonimato. A «SPN-Informação» reserva-se o direito de publicar ou não.



O QUE É O AMOR?

... Apetecer-me fazer-te feliz.
... Querer pôr a mão na tua e encostar a cara à tua.
... Querer estar mais tempo contigo, apesar de nem sempre ser possível [não sei como dar a volta a isto, mas que te quero, quero...] Ganhaste-me! ... Fazeres parte do meu sono a noite inteira. Estive sempre a acordar.
... Fazeres parte da minha vida. Quase que deixava tudo para estar contigo.
... Andar na lua por tua causa.
... Sentir-me feliz desde que estás comigo. Sou a pessoa mais feliz do mundo. Adoro-te!
... Sentir-me bem ao teu lado. [estar contigo e depois ter de te deixar e passar de uma situação para a outra, é horrível; mas aprendi que é cada vez mais urgente fazermos as coisas de que gostamos...]
... Sentir o que senti hoje. [se já sentiste algo parecido quando vou de férias, desculpa!] Deu para ver muita coisa... Percebi que és muito importante para mim, e estou a perder...
... Custar estar deste lado.
... Não fugir, da próxima vez, porque preciso dos teus mimos.
... Não gostar de me despedir de ti. [eu também vivo da ilusão, e sem ti não é fácil]
... Não gostar de ficarmos assim. [tudo o que fazemos deve ser bom para os dois... Aprendi contigo!] Se magoei foi sem querer, desculpa!
... Gostar dos teus abraços. Aquecem e protegem.
... Ter saudades de te ouvir, de te ver, de te dar a mão. De ti. [não fujas, preciso de ti!]
... Ter a sensação de que contigo seria feliz.

Se amar for isto, eu amo-te!

Chat au Brian

PROCURAM-SE



Este ano, o sítio perfeito para férias teria pequenos-almoços de chorar por mais. Com muitos sumos, pachorrice, ovos mexidos, jornais e revistas à mão de semear. Teria sossego qb e sonecas pela tarde. Piscina, talvez. Praia perto, pretextos para boas caminhadas e um cinema a meio caminho entre a tranquilidade e a civilização. Também um teatro aqui, quem sabe se uma exposição acolá e uma qualquer noitada bem passada, fora de horas. Teria festivais longe, mas livrarias perto. Teria uma pilha de livros lidos de enfiada, conversas sem horas, amigos novos e telelé com rede só para aqueles que moram

no peito. Teria cartas escritas à mão, sempre. Não teria destinos exóticos, nem aeroportos, nem muitas malas às costas, nem carro. Teria calças de ganga rasgadas e t-shirt, barba de três dias, sandálias e chinelinho. Teria silêncios de mar, de esplanada, de pôr de sol, de lençóis frescos e abraços, muitos. Teria sorrisos preguiçosos e almofadas. Teria a doçura dos pequenos nada eternos que não precisam de fotografia, mas ficam saudade e memória, depois. (Se conhecerem sítios assim, avisem. As opções em carteira, sempre deixadas para a última hora, ainda não me puseram a arfar de ansioso... Mas pode ser que...)

Miguel Carvalho
adevidacomedia.wordpress.com

Aqui, dentro de nós

“«Aqui na Terra» é o retrato de um certo Portugal. País aquém e sempre além, onde o humano e o divino moldam as circunstâncias da nossa condição.

Relatos de um país que, por vezes, não vem no mapa. Quadros e figuras que constituem uma geografia de afectos e desamores, de entregas e renúncias, de comédias humanas e tragédias colectivas. Nestas reportagens, desenha-se um território de sombras e luzes, de martírios e pantomina, de identidade e

resignação, habitado por existências vestidas do avesso e ‘estórias’ de trazer pela mão.

Um país, enfim, que levamos inscrito por dentro. Mas sempre descrito como quem o olha de fora. País coitadinho e honrado. País em grande ou maltratado. País santificado e do Diabo, onde por vezes anda tudo ligado.”



Miguel Carvalho, o autor, nasceu no Porto, em 1970. Desde miúdo que se interessa por jornais e revistas – da escola, guarda memórias de jornais-de-parede e de fanzines.

Viveu o auge das rádios-pirata com programas de formatos e humores vários e concluiu o curso de Radiojornalismo do Centro de Formação de Jornalistas do Porto (1989). Pouco depois, estreou-se profissionalmente no «Diário de Notícias», onde se manteve durante sete anos e ganhou vários prémios. Entre 1997-2000, foi jornalista do semanário «Independente».

Desde 2000, pertence aos quadros da «Visão», onde é grande repórter e assina um espaço de opinião na edição *on-line* da revista. Além de outros escritos, assinou «Dentada em Orelha de Cão» (histórias do mundo com gente dentro) e «Álvaro Cunhal - Íntimo e Pessoal» (um dicionário afectivo), ambos editados pela Campo das Letras (Porto, 2004; 2006)



Num leque temático que se abre da dedicação dos músicos pimba aos altares de Fátima e da IURD, Miguel Carvalho destaca como “muito marcantes” as reportagens sobre o cónego Melo – “enquanto símbolo de uma igreja que muitos católicos rejeitam” – e em Castelo de Paiva, onde acompanhou as emoções da tragédia e onde voltou uma e outra vez. “Mas também me comovi com a simplicidade de histórias que, de alguma forma, num pequeno microcosmos, numa pequena individualidade, representam o nosso destino”. Recorda, por exemplo, a do transmontano “que foi para Espanha apanhar fruta, que foi agredido e dado como morto e que regressou...”

E porquê «Aqui na Terra»? “Porque a terra é o cenário onde, muitas vezes, a prepotência se vale do divino e da santidade para se aproveitar das nossas fragilidades. A terra onde os homens buscam pelos caminhos mais dispersos, e por vezes ínvios, procurando, de alguma maneira, afastar os nossos medos; e onde alguns tentam alimentá-los. A terra onde os homens e, às vezes, um determinado conceito de Deus são completamente votados ao abandono e ao descrédito. «Aqui na Terra», em última análise, porque continuo a achar que é aqui na terra, entre os homens, que se calhar encontramos o divino.”

A.B.

VAMOS LÁ PRÀ RUA!



Pelo terceiro ano consecutivo, Valença quer ser “o maior palco do mundo”. Durante quatro dias (23 a 26/Julho), o SaiPràRua – Festival de Artes de Rua vai subir a fasquia da imaginação e da fantasia.

Os promotores recordam que a rua era “o lugar dos marginais, dos mais pobres, daqueles que, à míngua de tudo, não procuram mais do que uma saída”. Com o passar do tempo, a situação foi-se alterando e na transição dos séculos XIX-XX era já o palco onde toda a gente podia ser ouvida ou vista, “onde gente carente de felicidade ou gente feliz se mostra ao mundo”. E felicidade, traduzida em “muitas emoções, muito riso, boa disposição e muita ternura”, é o que os promotores antecipam. A programação diária compreende dezenas de animações diurnas, uma gala nocturna – o *contemporâneo* Bruno Nogueira será o apresentador, sucedendo a Pedro Tochas como anfitrião do festival – e um espectáculo de encerramento. Além desses espectáculos (fixos), vários artistas/grupos deambularam pelas ruas, contribuindo para animar o festival: Always Drinking Marching Band, Banda às Riscas, Companhia Albedo, Companhia L’Excuse, Fire and Ice Stilt Dragons, High Rise Rubber e Oli & Mary.

A.B.

Os espectáculos

Companhia Voalá. Coreografias aéreas que remetem para o imaginário do ballet aquático e dos saltos em queda livre.

Floten Tecles. Um pianista pendurado. A cauda do piano é a tela onde se projecta um filme. O músico executa a banda sonora e interage com as imagens.

Full House. Um duo transforma o palco em festa de puro entretenimento, com números que vão da comédia de cabaret a habilidades acrobáticas.

Jashgawronsky Brothers. Três excêntricos músicos num espectáculo burlesco, com instrumentos feitos de utensílios do quotidiano.

Joel Salom. Malabarismo, novas tecnologias e raios laser, num espectáculo insólito, irreverente e cheio de energia.

Mr. Bunk. Alguns bonecos e jogos para crianças num espectáculo sobre nada, sem texto e com alguns resmungos...

Slampampers. Três “musicomediantes” com arrojadas performances, vozes impressionantes e humor surpreendente.

Sonhos & Miminhos. Duas cozinheiras que se esquecem das receitas, confundem ingredientes e nem o lixo sabem separar.

Teatro Gestual do Chile. Performance de improvisação, onde o inesperado, o mistério e a surpresa prometem não deixar ninguém indiferente.

The Great Gondos. Espectáculo de asneiras românticas, onde os mais belos momentos colidem com o caos mais absurdo.



tomar nota

- Todos os espectáculos são gratuitos.
- O festival começa no dia 23, com uma gala (22h). Nos restantes dias, os espectáculos têm lugar sensivelmente de hora a hora, entre 11h-13h e 15h-19h.
- Nas galas nocturnas, cada artista/grupo apresenta um spot do respectivo espectáculo diurno.
- Após as galas, há espectáculos de encerramento.

informações

Ritmos: ritmo@ritmos.biz | 251 781 096 | 939 658 830
C.M Valença: 251 809 500



PARQUE. No Verão, o Serviço Educativo da Fundação de Serralves convida crianças e famílias a participarem em diversas actividades (oficinas, visitas, etc.). As iniciativas destinadas às famílias são gratuitas, não necessitam de marcação prévia e decorrem aos sábados e domingos. As oficinas exclusivamente para crianças devem ser reservadas previamente e acontecem de segunda a sexta-feira até ao início de Setembro – tempo mais que suficiente, portanto, para visitar a exposição da colecção do Museu de Arte Contemporânea de Serralves, a completar 10 anos de existência. ▶



FOTOBIOGRAFIA. Edição recente, por ocasião do octogésimo aniversário de José Afonso (2 de Agosto), sob a direcção do jornalista Joaquim Vieira e com texto da historiadora Irene Fulsner Pimentel. “Num tempo de grande incerteza e insatisfação para a sociedade portuguesa, o poeta e cantor José Afonso ousou anunciar a possibilidade de um mundo diferente, mais justo, fraterno e equilibrado. Fê-lo com inegável talento tanto na letra como na música, sem embarcar em linguagens simplistas nem em fórmulas dogmáticas e assim cativou muitas atenções para lá do círculo restrito daqueles que com ele se podiam identificar a um nível meramente político” [Círculo de Leitores / Temas e Debates]. ▶



CARTOON. Até 31 de Dezembro – todos os dias, das 15h às 20h, incluindo domingos e feriados –, está patente no Museu Nacional da Imprensa, no Porto (junto à marina do Freixo), a exposição do XI PortoCartoon-World Festival, que distinguiu o cartunista romeno Mihai Ignat com o grande prémio – o 2º prémio foi atribuído ao português Augusto Cid. Tendo a crise como tema (“Crises”), a exposição reúne cerca de 400 cartoons vindos de todo o mundo. Afirmando-se como um espaço de excelência do humor, o PortoCartoon é considerado pela Federação Internacional de Organizações de Cartoon um dos três principais festivais de desenho humorístico do mundo. ▶



CANYONING. Parque Nacional da Peneda-Gerês, cursos de águas puras e límpidas, paisagens maravilhosas... É este o cenário para um dia de puro deleite, caminhando, saltando para a água, nadando, descendo as cataratas em *rappel*, numa aventura que dura um dia inteiro – isto é canyoning! Se quer saber mais, inscreva-se e participe: 25 e 30/Julho e 7 e 11/Agosto [mais informações em www.javsport.pt] ▶

Viva o S. João de Arga, ó-ai-ó-la-ri-ló-lé-la





Agora que a carreira da D^a Lurdes se aproxima inexoravelmente do seu termo, cada vez tenho mais para mim que, na verdade, a senhora não *perdeu os professores* – como carinhosamente nos cumprimentou quando tornou público que tinha ganho *a população*. O povo socratiano, supõe-se...

Não, ela ganhou foi os professores. A D^a Lurdes gosta é tão demasiado deles – mais do que de chocolate – que os provoca na tentativa de que lhe façam mal, para poder dar razão ao “quanto mais me bates, mais gosto de ti”.

Se não, atentemos na sua história de vida desde que foi empossada (12/Mar/2005):

2005: greve por regiões contra o congelamento da progressão automática das carreiras e o aumento da idade da reforma (20-23.Jun) + greve e manifestação nacional contra o alargamento do horário do 1º Ciclo e a reorganização da componente não lectiva (18.Nov)

2006: Fenprof entrega 50 mil assinaturas contra aulas de substituição e prolongamento de horários (24.Fev) + greve e manifestação nacional contra proposta de alteração do ECD (14.Jun) + Fenprof entrega 30 mil assinaturas contra alterações ao ECD (14.Jul) + na maior manif até então, 25 mil professores exigem negociação séria do ECD (5.Out) + greve nacional de dois dias (17-18.Out) + 48 horas de vigília junto ao ME, contra a revisão do ECD (15-16.Nov) + cordão humano a cercar o ME e entrega de 65 mil assinaturas (17.Nov).

2008: Fenprof entrega 25 mil assinaturas contra novo regime de gestão e administração (31.Jan) + 100 mil educadores/professores desfilam do Marquês ao Terreiro do Paço, contra o modelo de avaliação e o ECD (8.Mar) + Plataforma entrega 20 mil assinaturas exigindo a suspensão da avaliação + 120 mil docentes voltam a Lisboa contra o modelo de avaliação (8.Nov) + greve nacional com adesão histórica, superior a 94% (3.Dez) + vigília de 36 horas no ministério (4-5.Dez) + Plataforma entrega 70 mil assinaturas pela suspensão da avaliação e da revisão do ECD.

2009: greve nacional (91%) em Dia de Luto pela Educação (18.Jan) + cordão humano a ligar o ministério à residência oficial do primeiro-ministro (7.Mar) + Plataforma entrega mais 20 mil abaixo-assinados, agora contra as novas regras de recrutamento e colocação de professores (13.Mar) + novo abaixo-assinado (40 mil assinaturas), exigindo a suspensão do modelo de avaliação e a revisão do ECD (20.Mai) + greve nacional aos dois primeiros tempos (16.Mai). 80 mil professores na que, poderá temuito provavelmente, a última grande manifestação deste consulado (30.Maio).

Conhecem mais alguém com tamanha força de atracção? De tal capacidade mobilizadora? Nem a Amália, nem a Simone... A Rosinha das maratonas ou a Vanessa do velho Lau... A Rosete do chiclete ou a Madalena das Almas... Qual quê?! Duvido mesmo que a Senhora de Fátima alguma vez tenha atraído mais de 90% dos católicos portugueses – que talvez não sejam tantos como os benfiquistas, mas enfim...

Pois então, este é “o filme” da D^a Lurdes. O passaporte para o estrelato. Foi assim que deu nas vistas e alcançou notoriedade – não fossem os professores e ninguém saberia hoje quem ela era. Por isso me convenço que a senhora conquistou os professores. Está-lhes no coração, embora talvez do lado errado... ▶

António Baldaia



nesta edição

- a abrir
02. **Interiorizar a obediência**
- editorial
03. **Tempo de balanço e de merecido descanso**
- acção sindical
- O final de um ano lectivo já seria, por norma, tempo de balanço. Coincidindo praticamente com o final da legislatura, este ficará registado como um dos mais conturbados do sistema educativo português.*
04. **Colocação de professores: o desastre anunciado**
06. **2008/2009: instabilidade e muitas lutas**
09. **Desde que vai haver eleições...**
10. **Tempo de agir**
12. **Nos CNO não se aprende nem se ensina**
- do superior
14. **Estatutos das carreiras: clarificação e perspectivas de luta**
- em foco
- “Há que abandonar a gestão dos meios e as abordagens burocráticas do ensino, para adoptar um sistema em que as responsabilidades são delegadas e as direcções dos estabelecimentos de ensino apoiem os professores”.*
16. **Eficácia prejudicada pela falta de incentivos e pela indisciplina**
18. **Indicadores referentes aos professores portugueses**
- notícias spn
19. **SPN foi a votos e reorganiza estrutura**
- nacional
20. **Eixos estratégicos para alterar políticas**
- legislação
22. **Índice de Legislação**
- internacional
- A «SPN-Infomação» continua dar conta da situação vivida na última grande colónia existente actualmente - Sahara Ocidental ou República Árabe Saharaui Democrática (RASD).*
23. **“Não somos heróis, só queremos viver em paz”**
24. **Horrores de uma ocupação silenciada**
- narrativas
26. **O que é o amor?**
- vemos, ouvimos e lemos
27. **Procuram-se férias!**
- divulgação
28. **Aqui, dentro de nós**
29. **Vamos lá prà rua!**
- apostas spn
30. **Parque | Fotobiografia | Cartoon | Canyoning**
- a fechar
31. **This is the end... Esperemos!**